



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: JORNAL DO DIA
Identificação: CIDADES 7
Data: 19/01/2013

Huse também pode sofrer intervenção

A situação de outras unidades de saúde também está sendo acompanhada pelo Cremese. No ano passado, o Conselho Federal de Medicina (CFM) e o Cremese declararam a possibilidade concreta de decretarem a interdição ética de alguns setores do Hospital de Urgência de Sergipe (Huse) e de outras unidades públicas de saúde consideradas problemáticas. Pela medida, os médicos seriam retirados destes setores por falta de estrutura e condições de trabalho, retornando apenas quando os problemas fossem resolvidos.

Em entrevista coletiva à imprensa no ano passado, os presidentes das duas entidades confirmaram que um pedido formal neste sentido já foi encaminhado pelos médicos do Huse, após a aprovação de quatro iniciativas em assembléia realizada pela categoria.

A decisão dos médicos também revelou outra medida iminente a ser tomada pelos dois conselhos: pedir a intervenção federal na rede pública estadual sergipana, o que seria feito diretamente ao ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e, na prática, implicaria na substituição dos gestores estaduais da pasta por técnicos federais indicados por Brasília, além da injeção direta

de recursos para problemas emergenciais.

Procedimento semelhante já foi adotado no Rio Grande do Norte onde a governadora Rosalba Ciarlini admitiu a existência de problemas graves e crônicos na saúde de seu estado.

A intervenção deve ser pedida após a confecção de um dossiê sobre os problemas existentes nas unidades de saúde do estado, a ser produzido a partir das fiscalizações que serão realizadas pelo Cremese. A previsão é de que algumas medidas sobre esta mudança já ocorram a partir do próximo mês. O corpo clínico do hospital já fez oficialmente o pedido de interdição ética do Huse ao Cremese.

Serão dados prazos aos gestores para que eles solucionem os fatos pontuais que forem detectados.

Outra medida tomada pelas entidades médicas, e considerada a mais forte, é a impetração de uma ação judicial por danos morais coletivos contra o Governo do Estado e Secretaria Estadual de Saúde.

A rede pública de saúde já é alvo de cerca de 52 ações civis públicas movidas pelo **Ministério Público Estadual** em 2012 numa tentativa de corrigir problemas enfrentados por pacientes. Um dos setores que poderá passar pela interdição ética é a Ortopedia do Huse.